

Processo Eletrônico (PJe) tem tramitação mais rápida no Judiciário

Ações na Justiça por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJe) têm tramitação mais rápida e de menor duração em comparação aos processos físicos. Essa é uma das constatações da pesquisa encomendada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a adoção dos processos eletrônicos nos tribunais.

O estudo apontou avanços e desafios no uso dessa tecnologia da informação no Poder Judiciário. O estudo, realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), verificou que há mais de 4 milhões de processos tramitando em pelo menos 2,2 mil órgãos julgadores. A pesquisa foi feita a partir da consulta a sítios eletrônicos, informações e documentos solicitados em seis tribunais de diferentes ramos da Justiça e normas do CNJ que tratam desse tema.

Também foi realizada pesquisa de campo entre diretores e técnicos judiciários, assessores de juízes e juízes, desembargadores e advogados e desenvolvedores de sistemas eletrônicos. Entre os resultados, verificou-se que menos de 25% dos processos eletrônicos ultrapassaram cerca de quatro anos sem a indicação de algum andamento de término processual. Em contraste, mais de 50% dos processos físicos ultrapassaram quatro anos.



“O que indica um ganho de eficiência considerável com a adoção do PJe”, diz o estudo da FVG. Em outro dado que reforça as vantagens dos processos judiciais eletrônicos em comparação aos processos físicos, é o menor tempo “cartorário”. Conforme FGV, tempo de cartório “é compreendido como aquele em que o processo não está aguardando uma decisão, mas sim a realização de alguma tarefa judicial”.

Segundo a pesquisa, enquanto os processos físicos mostram uma média de 144,19 dias no tempo cartorial, os processos judiciais eletrônicos apresentam uma média de 97,36 dias, o que indica

uma redução de 48% do tempo no trâmite pelo PJe. A partir da análise quantitativa dos dados, o PJe mostrou ganhos no tempo que leva para que os juízes profiram decisões em processos conclusos.

“Isso indica um efeito positivo para além dos efeitos óbvios esperados e contrasta com o pessimismo de entrevistados que pensavam que haveria resistência natural de juízes e usuários de gerações antigas”, dizem os pesquisadores. O processo eletrônico é utilizado em todos os processos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Desafios

Para verificar que o PJe possui tramitação mais célere, a pesquisa identificou, no entanto, entraves na adoção dessa tecnologia da informação nos tribunais brasileiros. As principais dificuldades são resquícios de resistência por parte de alguns usuários, e a instabilidade do sistema.

No balanço entre os benefícios e os desafios, o estudo sugere a continuidade da implantação do processo judicial eletrônico no Poder Judiciário. Aponta também a importância de investimentos na ampliação da equipe do CNJ responsável pelo desenvolvimento de aprimoramentos no sistema, além de propor aprimoramentos pontuais no PJe.

A íntegra da Justiça Pesquisa “Uma análise quantitativa e qualitativa do impacto da implantação do processo judicial eletrônico (PJe) na produtividade dos tribunais” pode ser acessada no endereço virtual.

Fonte: CNJ

ESAF abre inscrições para programa “INSS na palma da sua mão”



O programa “INSS na palma da sua mão” consiste em cursos nos laboratórios da Escola de Administração Fazendária (ESAF), nos quais, os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) irão abordar os critérios para concessão dos benefícios previdenciários. A próxima edição ocorrerá na terça-feira (20), das 08h30 às 12h, no Edifício do Ministério da Fazenda (Avenida Jequitaia, s/ nº, Comércio - Salvador/BA)

Os servidores do INSS também vão orientar os participantes sobre como acessar os serviços disponibilizados pela

instituição na internet, através do canal de serviços “Meu INSS”, onde poderão realizar consultas e requerimentos sem a necessidade de se dirigir a uma Agência da Previdência Social

A atividade destina-se, preferencialmente, às pessoas que trabalham em RH de empresas, contadores, administradores, administradores de condomínios, estudantes, empresários, segurados do INSS e interessados no assunto.

O curso é totalmente gratuito e para se inscrever é necessário enviar para o email (inscricoes.esaf.ba@fazenda.gov.br) os seguintes dados: Nome completo; data de nascimento; município; CPF; instituição em que trabalha; instituição em que estuda; cargo/ocupação; email profissional; email pessoal; e telefone.

Após efetuar a inscrição, será enviado um login e senha para acessar o certificado em: <https://sisfie.esaf.fazenda.gov.br/>. Em caso de problemas na realização da inscrição, entre em contato através do telefone: (71)3254-5101

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juíza federal Cláudia da Costa Tourinho Scarpa, diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, diagramação, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Apoio:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Estagiária de jornalismo:** Joyce Melo Matos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

JFH HÁ DEZ ANOS

Há dez anos, o Justiça Federal Hoje publicou a seguinte notícia:



12/03/08 - Espaço Beleza é inaugurado encerrando Semana da Mulher

As festividades da última sexta-feira, 7/03, encerrando as atividades programadas para a 1ª Semana da Mulher na Justiça Federal, não se limitaram aos shows musicais de Rogério Grillo e da cantora Kássia. Após o espetáculo, os servidores e magistrados presentes na platéia foram convidados para participar da inauguração do Salão de Beleza da ASSERJUF, intitulado Espaço Beleza.

Antes do descerramento da fita e placa inaugurais, os presentes assistiram a um vídeodepoimento, gravado pela ministra Eliana Calmon, do STJ, especialmente para as mulheres da Justiça Federal.

Com as presenças do diretor do Foro, juiz federal Carlos d'Ávila Teixeira, da juíza federal Monica Neves, de diretores da ASSERJUF, além de dezenas de servidores e colaboradores, o Espaço Beleza foi inaugurado como um local planejado com todo empenho e dedicação para atender aos magistrados, advogados, servidores e associados da ASSERJUF, estes últimos com descontos especiais nos serviços de manicure, pedicure, cabeleireiro, maquiagem, depilação, entre outros.

O agendamento dos serviços do Espaço Beleza, que já está em funcionamento, poderá ser feito pelo ramal 9292.

Aviso

Em virtude de equívoco ocorrido na impressão das novas carteiras, o PRO-SOCIAL informa que o telefone correto a ser utilizado pelos beneficiários da Seção Judiciária da Bahia e pela rede credenciada é o número 3617-2664.

Parabéns!